

O 5º aniversário da instalação do I. B. G. E.

Homenageado o Sr. Luiz Simões Lopes

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão que centraliza, em nosso país, todas as atividades estatísticas e geográficas oficiais, mediante cooperação inter-administrativa da União, dos Estados e dos Municípios, celebrou a 29 de maio p.p. o 5.º aniversário de sua instalação.

A data foi festivamente celebrada pelo I. B.G.E.

Às 16 horas daquele dia, os três órgãos dirigentes do Instituto, ou sejam o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional, foram recebidos, no Palácio do Catete, pelo Presidente Getúlio Vargas.

A S. Excia., o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I.B.G.E., fez entrega do relatório sobre as atividades desenvolvidas pela instituição, no decurso do ano de 1940. Na mesma oportunidade, foi oferecida ao Chefe da Nação uma artística estante, contendo a coleção completa das publicações estatísticas e geográficas organizadas pelo Instituto e todos os formulários utilizados no Recenseamento Geral de 1940.

O Presidente Vargas respondeu em breves palavras, dizendo que ali estavam os representantes do I.B.G.E. para comemorar uma data das mais expressivas, a da instalação do Instituto, o qual, com 5 anos apenas de atividade, já constitue um padrão de orgulho para a administração brasileira. Entregue à capacidade, competência e patriotismo do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, auxiliado por um corpo brilhante de técnicos, de homens cultos, de cidadãos experimentados, podia o Instituto apresentar os resultados que acabavam de ser apreciados. Depois de referir-se longamente aos trabalhos já realizados pelo I.B.

G.E. e aos objetivos que teve em vista o Governo com a sua criação, concluiu dizendo que realmente só o esforço e dedicação dos técnicos do Instituto, colocados ao serviço do Brasil, seriam capazes de produzir tão notáveis resultados.

Logo após, o Sr. Presidente da República assinou o decreto-lei que homologa o acôrdo firmado entre os Estados de Goiás e Minas Gerais, resolvendo em definitivo a secular questão de limites existente entre as duas unidades da Federação.

A noite, na Sala de Reuniões da sede do I.B.G.E., realizou-se uma sessão comemorativa, na qual foi prestada expressiva homenagem ao Sr. Luiz Simões Lopes, cujo nome se acha ligado à atual fase da estatística brasileira e para com quem, segundo expressão literal do seu Presidente, o Instituto tem uma dívida de estima e gratidão que se não pode resgatar.

A sessão, que foi presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, teve a assistí-la um público numeroso e seletivo, notando-se entre os presentes, além da família do homenageado e dos representantes oficiais, os Srs.: Rafael Fernandes Interventor Federal no Rio Grande do Norte; General Cândido Rondon e senhora; Diretores e funcionários do DASP; Prefeitos das cidades de Recife e Salvador; Gomes de Oliveira, Presidente do Instituto Nacional do Mate, e outras personalidades de relevo no cenário nacional.

Aberta a sessão, falou em primeiro lugar o Sr. Valentim Bouças, que, em nome da Sociedade Brasileira de Estatística, saudou os dirigentes do Instituto.

Em seguida, o Embaixador Macedo Soares pronunciou o discurso que passamos a transcrever:

Exmo. Senhor Doutor Luiz Simões Lopes,

Senhores Membros da Sociedade Brasileira de Estatística,

Senhores Funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

Exmas. Senhoras,

Senhores :

Ao convocar esta reunião conjunta dos Colégios dirigentes do nosso Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística, afim de que festivamente nos congratulássemos pela grande obra já realizada em prol do desenvolvimento dos serviços brasileiros de geografia e estatística, pensámos também em obter uma oportunidade, logo depois da homenagem hoje prestada ao ínclito Fundador do Instituto, o Presidente Getúlio Vargas, para dizermos de público o nosso reconhecimento, admiração e estima ao grande Amigo de todas as horas — o valoroso brasileiro que tem hoje, à testa do Departamento Administrativo do Serviço Público, uma das tarefas constitucionais mais empolgantes e uma alta missão na hora renovadora que o país está vivendo.

O nosso primeiro objetivo está realizado pela palavra brilhante do Dr. Valentim Bouças, o eminentíssimo vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, que é também um dos trabalhadores da primeira hora — e da primeira linha — da seara de que todos nós nos orgulhamos de ser devotados obreiros.

Signos favoráveis anunciam ao novel sôdalício que, já agora, se realizarão plenamente os generosos sonhos daquele punhado de pioneiros, homens eminentíssimos do regime monárquico que, em 16 de julho de 1854, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidida pelo Visconde de Abrantes, tentaram criar no Brasil o primeiro órgão da cultura estatística — a "Sociedade Estatística do Brazil", — legítima precursora desta outra, duas vezes rediviva, que é hoje a grande associação sob cuja bandeira já se congregam, em trabalho fecundo, algumas centenas de brasileiros de todos os recantos da Pátria, — profissionais, professores e estudiosos da estatística.

O Instituto agradece, pois, e retribue, com abundância dálma, as expressões amigas e generosas da operosa companhia que em boa hora, e à sombra acolhedora da nossa grandiosa instituição, entendeu de nos vir trazer tão útil e eficaz colaboração, contribuindo, ao mesmo tempo, para que os laços de fraternidade que unem os geógrafos e os estatísticos brasileiros se estreitem cada vez mais, dando-nos a força necessária às difíceis realizações a que nos devemos dedicar. A Sociedade Brasileira de Estatística sabe que esta Casa também é sua, e que as nossas glórias lhe pertencem tanto quanto nos pertencerão os seus triunfos.

Ao eminentíssimo orador e aos seus nobres consócios, um cordialíssimo "muito obrigado" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Passo a desincumbir-me agora do segundo agradável mandato a que devo dar desempenho nesta festiva reunião.

Prezadíssimo Compatriota e Amigo, Dr. Luiz Simões Lopes :

A instituição hoje honrada com a vossa visita escohou um dos seus maiores dias, aquele em que celebrou festivamente a passagem do seu primeiro lustro de existência, afim de, neste ambiente irradiante de regozijo cívico e entusiasmo pelas vitórias conseguidas, vos declarar, alto e bom som, o quanto nos consideramos devedores do cidadão perfeito, inteligente e probo, que vemos na figura varonil do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Estavamos às vésperas da reconstitucionalização do País em julho de 1934. Um projeto de lei, que o mais meditado estudo das nossas anteriores experiências inspirara, visando dar organicidade e eficiência aos serviços estatísticos e geográficos nacionais, encontrava-se no Palácio Guanabara, entre as pilhas dos papéis que, por se referirem a medidas urgentes e de difícil trânsito no regime constitucional, ou seriam, naquele momento, objeto de rápido estudo e decisão, ou desapareceriam em arquivos de onde talvez nunca mais pudessem ser novamente trazidos à consideração dos dirigentes.

Aquele projeto fôra organizado por uma comissão interministerial, graças à iniciativa esclarecida do Ministro Juarez Távora.

Conhecieis, Dr. Simões Lopes, o pensamento do Chefe do Governo, que se empenhava em dar uma solução definitiva ao problema dos levantamentos estatísticos nacionais. E sabieis que, se um plano corajoso, mas aceitável, fosse colocado diante dos olhos de Sua Excelênciia em condições de lhe permitirem uma rápida e segura apreensão do acerto do projeto, teria facilmente a adesão da autoridade presidencial.

As horas, porém, eram trepidantes. A tarefa que tinheis sobre os ombros era esmagadora. Mas a intuição lúcida do vosso espírito percebeu a significação extraordinária da oportunidade que, por algumas horas ainda, se oferecia ao país, de tentar a instituição do sistema estatístico nacional.

E o projeto viu-se destacado da montanha de papéis onde parecia soterrado para sempre. O assunto foi estudado e debatido com o autor do projeto até altas horas da noite. O sucinto relatório que se fazia mister, foi redigido e levado ao Chefe do Governo, perante o qual a sua defesa foi feita em termos de lapidar concisão, demonstrando que o mecanismo proposto para o sistema estatístico brasileiro era o único que lhe poderia dar, de maneira integral, aquelas características admiráveis — de firme e inteligente cooperação inter-administrativa, que a inspiração do Chefe do Governo já havia assegurado, em 1931, ao aparelho responsável pelas estatísticas educacionais.

Era a segunda vitória do pensamento de cooperação que tão impressionantemente se tem corporificado no seio da estatística nacional. Concretizou-a o decreto n. 24.609, de 6 de Julho de 1934, criando o Instituto Nacional de Estatística e mandando convocar a Convenção Nacional de Estatística, a que se deferia o estabelecimento contratual do sistema inter-governativo da estatística brasileira e a fixação das bases para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, como órgão colegial dirigente daquele sistema.

Mas as tremendas dificuldades que a rotina e a morsidade burocráticas colocam à frente das iniciativas renovadoras, não podiam falhar. De tropéço em tropéço, o impulso inicial foi-se amortecendo, e aquela lei — a grande lei da estatística brasileira — já era tida e havida como letra morta. De nada teriam valido os esforços do Itamarati para galvanizá-la, apelando para as pressões que recebia do exterior no sentido de conseguir uma expressão numérica satisfatória para a vida do país, e por meio de cujas tabelas tivesse o Brasil representação condigna nos trabalhos internacionais de estatística.

Dai a frase justa do Presidente Vargas, assinalando certa vez as responsabilidades do Instituto: "Porque lhe dei minha casa e meu Ministro".

Mas essa ajuda foi além. Instalado a 29 de maio de 1936 nas amplas salas do segundo andar do Palácio do Catete, o Instituto teve ainda adequado mobiliário e todo o material de expediente necessário, tudo fornecido pela Secretaria da Presidência de acordo com as autorizações que o Dr. Simões Lopes com solicitude inegualável ia obtendo do Presidente.



Dois aspectos tomados durante a sessão solene em que, comemorando o 5.º aniversário de sua instalação, o I.B.G.E. prestou significativa homenagem ao Sr. Luiz Simões Lopes. Ao alto, personalidades que participaram da mesa. Em baixo, parte da assistência.

Ainda uma vez de modo decisivo, e ainda uma vez de maneira espontânea, vos pusestes em campo e vos tornastes o paladino da grande idéia.

Não havendo recursos orçamentários disponíveis nem local adequado em nenhuma dependência ministerial, para a instalação do Instituto, tomastes a iniciativa de expôr a situação ao Chefe do Governo, solicitando-lhe que ficasseis autorizado a estudar e propôr uma solução satisfatória.

Esta não tardou. Não obstante a pobreza quanto a recursos próprios, foi preparada a instalação do Instituto no ambiente mais confortável e faustoso possível, no próprio Palácio Presidencial, como entidade, que era, subordinada diretamente ao Presidente da República.

Ainda mais. Os primeiros passos de uma instituição como o Instituto haveriam de ser necessariamente difíceis, encontrando a cada instante mil tropeços e resistências — ativas ou passivas — não pequenas. Para conduzi-los sem derrotas em meio às incompreensões, aos imperativos de economia e à displicência ainda tão comum em face dos verdadeiros interesses nacionais, era preciso que uma forte autoridade lhes fosse abrindo caminho. A do Ministro do Exterior que o presidia, nem sempre seria suficiente. Muitas vezes foi preciso que se fizesse sentir a do Senhor Presidente da República. Mas para estudar, preparar e decidir esta intervenção, não bastavam as conferências normais do Ministro com o Chefe do Governo. Tornava-se

mister que certas intervenções mais delicadas fossem cuidadosamente preparadas por um Oficial de Gabinete da Presidência que estivesse a par de todos os assuntos e estudassem com cuidado as soluções possíveis, facilitando ao Presidente as decisões. E aí, nesses passos difíceis, fez-se sentir sempre, e sempre vitoriosamente, a assistência de-votada de Luiz Simões Lopes.

Sobrevêm os estudos para a reorganização dos quadros do funcionalismo federal. Era preciso que a administração da União desse o exemplo de obediência à Convenção Nacional de Estatística atribuindo nitidamente um caráter especializado e técnico à carreira dos seus profissionais de estatística. E cumpria fazê-lo em níveis apropriados de remuneração, aproveitando-se ao mesmo tempo a oportunidade para se conseguir este difícil objetivo: o aumento, na própria lei do reajusteamento e como medida de exceção que se não repetiu, do quadro da Repartição de Estatística do Ministério da Educação, a qual, não obstante a importância da sua tarefa e o vigor com que a executava, vinha definhando sem remédio, dada a impossibilidade de obter nem mesmo o mínimo dos recursos de que carecia. Nesse sentido faz o Instituto uma representação ao Chefe do Governo, que é apoiada pelo Ministro da Educação. Encaminha-a e justifica-a o nosso grande amigo com a autoridade que já lhe fora confiada nesse terreno, e o Instituto consegue uma das suas maiores vitórias: a que lhe permitiu salvar do fracasso um dos mais corajosos e mais belos programas lançados por órgãos de estatística — o levantamento da estatística da educação integralmente conforme com o disposto no Convênio Inter-administrativo de 20 de dezembro de 1931.

Sobreveem, mais tarde, a necessidade de aumento das verbas do Instituto e a questão do financiamento do Recenseamento Geral da República. Agita-se a questão da autonomia financeira da instituição, considerada — não em relação a cada um dos seus órgãos executivos, que são dependências normais dos ministérios e das administrações estaduais ou municipais — mas no seu conjunto, na sua personalidade jurídica como órgão de alguma sorte paraestatal — o único da organização político-administrativa brasileira que goza deste privilégio — o de se constituir a um só tempo mandatário das três ordens políticas da República, assumindo assim, por sobre a natureza federal, estadual e municipal que indiscutivelmente lhe compete concomitantemente, por força das delegações do "pacote político" — que é a Convenção Nacional de Estatística, o caráter de uma "entidade nacional" na significação mais rica desta expressão. Quero dizer: assume o caráter de "nacional" em todas as maneiras por que se queira tomar a significação do vocábulo. Esclareci-o em 1939, nesta mesma data, perante o Chefe da Nação, com estes conceitos, que merecem lembrados:

"O Instituto, como sistema vivo, está completo no sentido das suas três dimensões.

No sentido da longitude, domina todo o "espaço vital" da Nação. Em latitude, abrange integralmente o panorama dos variadíssimos aspectos da vida nacional — tanto os físicos, os demográficos e os econômicos, quanto os sociais, os culturais e os políticos. E verticalmente, desenvolve-se numa compreensão totalitária das três esferas administrativas e políticas, enfeixando-lhe a autoridade, harmonizando-as no agir, e solidarizando-as nos propósitos,

em demanda de um fim comum a todas três, porque nenhuma delas o pode perder de vista ou a ele renunciar".

E acrescentavamos, fixando melhor esse tema capital para a vida da instituição: "O Instituto, porque tenha resultado de uma associação inter-governamental, está vinculado às três órbitas de governo e é depositário da autoridade de todas três. Mas não se identifica nem se confunde com os órgãos administrativos de qualquer delas enquanto entidade coletiva, sem embargo de serem federais, estaduais ou municipais todos os seus órgãos executivos oficiais, a que se vêm juntar ainda, em íntima cooperação, os de natureza privada, de fins análogos aos seus e de idoneidade comprovada.

Dai duas vantagens foram asseguradas ao sistema.

A atuação ordenadora do Instituto pode-se exercer dentro de cada órbita administrativa sem lhe constranger os predicados de autonomia, pois que, desta mesma autonomia, é ela uma emanção.

Por outro lado, os recursos financeiros da entidade coletiva, que resultam — ou podem resultar — de contribuições dos três governos ou de rendas próprias, ficam com a faculdade de suplementar os recursos privativos dos órgãos executivos em cada plano administrativo, permitindo assim a vitalização do sistema num sentido de unidade nacional e conforme as necessidades reais dos seus vários sub-sistemas.

Ainda mais. A quasi totalidade dos dispêndios públicos com estatística e geografia ficam sujeitos aos processos de fiscalização e controle normais em cada esfera administrativa. Uma pequena parte, apenas, a que for entregue pelos governos co-interessados ao Instituto como "auxílio", passa à plena propriedade da sua pessoa jurídica, como ente paraestatal, e lhe vai permitir não somente enriquecer o patrimônio — que é, aliás, um bem comum aos municípios, aos Estados e à União, — mas ainda a rápida e eficaz atuação do Instituto onde sua intervenção coordenadora, fiscalizadora ou supletiva haja de se fazer sentir.

O que não quer dizer, entretanto, que menos controlada venha a ficar a vida financeira do ente coletivo do que a dos seus órgãos executivos. Ao contrário: enquanto estes só estão sujeitos às normas especiais da respectiva administração, onde muitas vezes o mecanismo de controle não é suficiente, o consórcio inter-governamental, ou cooperativa política — digamos assim — constituída pela Convenção de Agosto, tem a sua vida submetida a um controle tão desdobrado e vigilante como maior não seria possível instituir.

A Presidência do Instituto não tem arbitrio. Ela executa o que, dentro da legislação em vigor, deliberam os colégios dirigentes, que a fiscalizam de todas as maneiras possíveis: pelos seus órgãos federais, em que se representam todos os Ministros de Estado; pelas Juntas e Diretórios regionais; e ainda pelas suas Assembléias Gerais, onde comparecem, por delegações altamente qualificadas, todos os Governos pactuantes da Convenção de Estatística.

Toda a vida do Instituto é registrada em todos os seus detalhes e obedece a normas precisas. Seus arquivos, sua escrita, suas instalações, suas atividades oferecem-se ao exame e à crítica de todos os governos seus co-instituídos, e acham-se de fato, e permanentemente, sob a vigilância dos respectivos delegados às Assembléias Gerais.

Como os debates destas são públicos e suas conclusões constam de resoluções, que valem como leis para o ente coletivo, todas as críticas, todas as opiniões e todos os votos que o tenham por objeto ficam submetidos amplamente ao julgamento da opinião pública. Além do que, subordinado que está o Instituto ao Chefe da Nação, este, por iniciativa sua ou por sugestão de qualquer órgão da administração federal ou de qualquer dos governos regionais, pode determinar, a seu respeito, todas as diligências os devassas acaso julgadas necessárias.

E ai está como o superior pensamento político posto em prática pelo Sr. Presidente da República, ao criar o Instituto, estabelecendo, sob certo ponto de vista, uma autarquia *sui generis*, conformou-se sabiamente, entretanto, com a natureza da instituição, ateve-se ao maior respeito à ordem constitucional e administrativa da República, assegurou à direção do Instituto as condições de autonomia e pronta decisão que constituem a razão do seu prestígio e o segredo da rapidez e fecundidade dos seus esforços".

Pois bem, meus senhores. Se periclitasse esta tese, se o governo retrocedesse, o que importaria em "denunciar" a Convenção que ele próprio promoveu, e se o Instituto passasse a ser, não mais que uma simples repartição federal, — estariam, é claro, obliteradas suas virtualidades específicas, e exatamente aquelas que lhe garantem o êxito na obra ingente que lhe cumpre executar. Obra que, por ser fundamental à vida da Nação, nem por isso deixa de constituir, num país como o Brasil, um dos mais complexos, angustiosos e difíceis problemas oferecidos à clarividência, energia e patriotismo dos seus dirigentes.

Era, pois, uma questão de vida ou de morte para a instituição, que se lhe mantivessem integralmente os foros, os privilégios, e a liberdade de movimentos que constituiam o penhor mesmo da sua eficiência, do altíssimo potencial de ação de que se conseguiu dotar — condição *sine qua non* da vitória que a Nação esperava. E o Instituto venceu. A sua autonomia lhe foi mantida. E todos os recursos de ação lhe foram concedidos, sem ficarem atingidos os preceitos básicos do seu estatuto orgânico. O reconhecimento do significado ímpar dessa vitória veio de uma autorizada fonte, em condições que honram extraordinariamente o Brasil. Proveio esse reconhecimento do 8.º Congresso Científico Americano, reunido o ano passado em Washington, o qual votou sua Resolução n.º 10, nestes expressivos termos :

"Considerando que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de governo federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade;

Considerando que a Nação Brasileira empreende essas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interesse e de muita importância para os estatísticos de outras nações americanas;

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou ao Oitavo Congresso Científico Americano uma magnifica brochura, na qual dedica ao Con-

gresso três documentos fundamentalmente característicos, relativos à estrutura, princípios orientadores e influência político-administrativa do Sistema Estatístico Brasileiro;

O OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO

RESOLVE :

Manifestar sua gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por esse generoso e valioso tributo, e louvar a Nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional".

Segue-se a integral realização do voto brasileiro. É criado, com evidente harmonia de princípios com a iniciativa e a experiência do Brasil, o Instituto Inter-American de Estatística, para o qual, evidentemente como consagração do êxito que havíamos conseguido, e em virtude de expressiva votação e da atitude de cavalheirismo do organizador do Instituto, o Dr. Suart Rice, é eleito como primeiro Presidente um estatístico brasileiro.

Mas, Senhores, a quem devemos esta extraordinária vitória, que nos assegurou a intangibilidade dos nossos princípios institucionais e estatutários? Ao Chefe do Governo em primeiro lugar, é certo, e por isso mesmo já lhe prestámos hoje uma justíssima homenagem. Mas devêmo-la substancialmente ao espírito lúcido e patriótico do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que compreendeu o sentido da nossa obra, os superiores imperativos da sua missão, a *sacralidade*, digamos assim, do princípio de autonomia decorrente necessariamente da inter-vinculação política das três ordens de Governo, como *substratum* e fundamento da sua própria existência. E os princípios que tão sabiamente vão orientando a organização administrativa brasileira, sem lesão para eles próprios nem para os nossos, deixaram-nos livre o campo em que as atividades supervisionadoras e coordenadoras do Instituto devem e podem exercitar-se, para estabelecer a unidade de ação e a centralização de resultados. Isto, porém, sem constranger a autonomia dos Governos regionais e locais. graças àquela característica específica de que politicamente se revestem, isto é, a de emanarem simultaneamente, por delegação legítima, e sem nenhuma *capitis diminutio*, politicamente falando, para as três ordens autônomas do governo que a Carta Constitucional da Nação Brasileira sabiamente manteve, ao conservar-nos o regime federativo.

A transferência destes fatos não escapará a nenhum espírito.

Na ordem constitucional, o Instituto ainda existe, e o Instituto tem vencido, porque o Departamento Administrativo do Serviço Público bem o compreendeu tal qual foi ele desde a sua primeira hora e deve continuar a ser.

Mas na ordem material, não menos valioso e decisivo apóio nos prestou o nosso preclaro homenageado. Refiro-me à conservação das Oficinas Gráficas do Instituto.

Sem receber informações, de um lado, e sem prestar informação, por outro lado, não pode existir uma organização estatística digna desse nome. Para receber as informações e lhes imprimir a manufatura técnica necessária é indispensável, já vimos, que o país tenha o seu sistema estatístico adaptado às próprias peculiaridades territoriais, sociais, administrativas e políticas. E essa adaptação consiste exata-

mente no prevalecimento dos princípios normativos que, por uma vinculação política específica e *sui generis*, informam o nosso sistema. Mas, para prestar informações, é indispensável um elemento material — um eficiente serviço gráfico.

Em memoráveis documentos, nas pugnas demoradas e decisivas para que o país pudesse conseguir o que possue impresso em matéria de estatística geral, referentemente ao período anterior à "Era do Instituto" em nossa história administrativa, foi vantajosa e vitoriosamente sustentado que a utilidade dos serviços estatísticos está na dependência mais direta possível, da posse de oficinas gráficas privativas, trabalhando sob a responsabilidade deles, — e para êles, privilegiadamente, — nas condições especialíssimas que a vulgarização estatística exige.

Sobrevem, porém, a unificação dos Serviços Gráficos da União. E a preocupação das soluções radicais, defrontando-se com a existência das nossas várias Oficinas Gráficas, procurou abrangê-las na unificação planejada. Isto contrariava uma velha tradição da estatística brasileira. E isto desconvinha enormemente às realizações da estatística nacional. Mas o Instituto sabe transigir, e comprehende bem as situações e os interesses gerais e superiores da administração. Seria pouco defensável sua posição se tentasse conservar as Oficinas Gráficas das diretorias ministeriais de estatística. Porque se esses órgãos mantêm, pela nossa lei orgânica, suas normais articulações administrativas, êles não se poderiam furtar a um plano de racionalização dos serviços ministeriais, considerados no seu conjunto. Mas o Instituto já possuía também, em virtude de cláusula convencional, um Serviço Gráfico instituído cooperativamente, mediante hábil fórmula, pelos Governos signatários da Convenção de 1936. E essas Oficinas, a êsses Governos pertencem coletivamente, enquanto não se dissolver a entidade para cuja instituição se solidarizaram. Apesar disso imaginou-se, e foi dito, mas não é evidentemente exato — porque a nossa oficina, por isso que constitue propriedade de uma entidade de natureza federativa, não pertence à União Federal, — foi dito que a continuação dessa tipografia em mãos do Instituto quebrava o princípio de unificação dos serviços gráficos federais.

O passo era grave e decisivo para os destinos da estatística brasileira. Perdidos os serviços gráficos privativos do Instituto, enquanto entidade de natureza inter-administrativa, perdidas estariam todas as vantagens que nos trouxeram os princípios fundamentais da instituição. Seríamos u'a máquina a trabalhar no vazio. Ou peor do que isso: obteríamos a matéria prima, as informações — se é que continuassem a obtê-las convenientemente, sem a correlata publicidade — obteríamos êsse material, trabalhá-lo-íamos convenientemente, mas os nossos produtos, os resultados que a Nação espera de nosso esforço, os frutos de que ela tanto carece e que ela paga bem caro, cairiam pêcos nos arquivos, ou apareceriam tardios e murchos, sem prestar de todo, ou prestando muito mal, os benefícios que deles a Nação espera. Nenhum êrro maior do que êste: nenhuma auto-destruição mais absurda do que esta. Era preciso evitar a todo custo que uma apreciação superficial dos fatos viesse novamente reduzir o país à impotência em matéria de estatística, inutilizando ao mesmo tempo, por um lapso fatal de observação, os nossos próprios

princípios institucionais, de que a Nação tantos benefícios ainda pode retirar.

Mercê de Deus, conseguimos substancialmente o nosso objetivo. Não nos foi dado, é certo, conservar no Serviço Gráfico do Instituto algumas máquinas que o enriqueceriam vantajosamente, retiradas do acervo das nossas antigas oficinas ministeriais. Elas talvez nem chegassem a fazer falta à Imprensa Nacional, que já dispunha de maquinário excessivo. E ao Instituto seriam elas utilíssimas, permitindo-nos trabalhar satisfatoriamente em benefício tanto da estatística federal como da estatística dos Estados. Mas foi-nos conservado o essencial, o nosso Serviço Gráfico Central. O que já vale muitíssimo por si mesmo, e mais ainda pelo fato de ficar reconhecido definitivamente, como decorre da sua conservação, o caráter de cooperativa política *sui generis*, que reveste a estrutura jurídico-política do nosso Instituto.

Mas, meus senhores, qual foi a mão amiga que ainda neste passo amparou o Instituto? De onde veio o parecer favorável à nossa causa, parecer que, necessariamente, seria decisivo no caso? Quem interveio a nosso favor foi aquele mesmo paladino da nossa primeira hora — esta figura moça mas já precocemente austera e amadurecida de homem público, o dr. Luiz Simões Lopes.

Outros, muitos outros fatos, também relevantes, poderíamos ainda relembrar miudamente, expressivos todos eles de uma benemerência sem par do nosso ilustre homenageado em face desta instituição.

A sistematização das denominações dos nossos serviços; a elevação, por proposta desta presidência, do padrão de remuneração dos diretores das repartições centrais de estatística; e tantas outras medidas — poderiam enumerar-se aqui em extenso rol. Basta, porém, que assinalemos um outro fato de marcante significação para os destinos do Instituto.

O primitivo projeto do nosso sistema previa a articulação, no seu seio, entre os serviços geográficos e os serviços estatísticos.

Peripécias diversas não permitiram logo a instituição da segunda ala em que pensara o Presidente Getúlio Vargas — a dos serviços geográficos. Mas a própria experiência do Instituto Nacional de Estatística demonstrou, — mesmo aos mais pertinazes opositores à idéia de chamar os serviços geográficos à cooperação inter-administrativa, — que essa convocação era não somente possível, mas necessária e oportuníssima. E as circunstâncias foram evoluindo, tornando possível a realização integral do grandioso pensamento do Chefe da Nação. Muitas, entretanto, eram as dificuldades a vencer, e passos prudentes e seguros haviam de ser dados, afim de se conseguir, como convinha, realizar a idéia em ambiente de completo congraçamento de vontades, depois de uma prévia harmonização das opiniões que antes se haviam entrechocado. Os atos, nesse sentido, foram sendo obtidos cautelosamente, uns depois dos outros, sem atritos, nem melindres feridos. E mais uma transcendente realização conseguiu o Governo Getúlio Vargas, constituindo, afinal, o sistema dos Serviços Geográficos Nacionais como ala integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ainda aqui, porém, meus Senhores, permitiram os bons signos do Instituto que, a amparar e reforçar as iniciativas

desta Presidência, estivesse constantemente a boa vontade incansável e a habilidade extraordinária do nosso grande Amigo, a influir nos conselhos do Governo e conduzindo os acontecimentos com insuperável maestria em direção à meta que almejavamos.

Creio ter deixado bem claro que é imensa e irresgatável a dívida do nosso Instituto para com o dr. Luiz Simões Lopes.

Entretanto, outros motivos indiretos ainda nos levam a consagrar-lhe uma grande admiração. Quero referir-me aos seus outros serviços ao Brasil.

Para exaltar o vosso grande mérito, dr. Luiz Simões Lopes, não preciso acompanhar as fases pregressas de vossa operosa mocidade, em cujo decurso já se veio precocemente revelando e firmando o vosso extraordinário espírito público e o pendor para as tarefas da racionalização administrativa.

Penso dar testemunho — e faço-o com grande satisfação — de que a obra renovadora do Presidente Getúlio Vargas teve em vós um dos mais dedicados auxiliares. Talvez não se possa citar, no período de 1931 a 1934, um só setor da administração brasileira em relação ao qual não se tenha verificado uma inteligente, patriótica e conciliadora colaboração de vossa parte, no encaminhamento dos assuntos levados ao exame do Senhor Presidente da República e por vós estudados na qualidade de Auxiliar de Gabinete do Chefe do Governo. E mesmo depois daquele último ano, já em consequência dos deveres do vosso cargo, que afetam quasi toda a administração federal, já em virtude da merecida confiança com que vos distinguiu o Presidente Vargas, enorme tem sido vossa influência no desenvolvimento da larga política que se tem realizado no Brasil, de seleção de valores, de inovações corajosas, de racionalização dos serviços, de modernização dos métodos e processos na direção da causa pública.

Contudo, o vosso verdadeiro título de glória está no esforço de verdadeiro estadista que soubestes empregar pertinazmente no sentido de renovar, ordenar e sanear os velhos e carunchosos quadros da máquina burocrática brasileira.

Num labor sem tréguas, em vigílias repetidas que iam quasi de sol a sol, dirigistes o trabalho de um pugilo de homens de pensamento e de homens de ação, preparando o verdadeiro monumento que foi o projeto da lei n. 284, e as tabelas e demais elementos que a execução daquele diploma legislativo exigiu.

Promulgada a lei, sois chamado a presidir o Conselho Federal do Serviço Público Civil, e com bravura inexcedível, na mais perfeita isenção de ânimo, sobranceiro a todas as contingências, evitando erros quanto humanamente era possível, pusestes em jôgo uma habilidade admirável para dominar as circunstâncias que haveriam fatalmente de ser adversas a uma renovação tão larga como a que era preciso realizar. E levastes a efeito, graças à vossa tenacidade irresistível, um grande, um extraordinário objetivo da reconstrução nacional — a reordenação administrativa do serviço público civil brasileiro.

Toda uma sábia legislação vos é devida. Toda uma esclarecida jurisprudência se acumulou sob vossa sempre

vigilante e cuidadosa orientação, sem nunca vos desviardes da linha norteadora que vos apontara o Presidente Vargas. Toda uma larga e moderna planificação de reformas salutares resultou dos vossos labores. E tudo isto realizado sem condescendências pessoais, mas com um consumado espírito de transigênciam diante das dificuldades que, não podendo ser vencidas de frente, numa arrancada fulminante, haveriam de ser superadas com paciência e habilidade, em marchas de flanco agilmente conduzidas.

Novos esquemas, novas diretrizes, novos modelos, novas instruções, novos métodos, novos processos foram introduzidos em todos os serviços. A felicíssima supressão da efetividade nos cargos de chefia, que em boa hora propugnastes, permitiu a seleção dos melhores valores para os postos de direção. E o princípio da habilitação sistemática à função pública mediante concursos moralizados e exigentes, iniciou uma fase de elevação gradual do nível de capacidade intelectual do funcionalismo brasileiro. A par disso promovestes com oportunidade e acerto uma política de aperfeiçoamento de novos valores da administração, por meio de viagens de estudos ao estrangeiro, de prêmios a trabalhos inéditos reveladores de estudos sérios e capacidade especializada, e ainda de cursos de aperfeiçoamento.

Começastes a influir na criação de um clima especial no trato das grandes questões de técnica e ciência da administração, instituindo e distribuindo largamente esta admirável *Revista do Serviço Públíco*, que é, sem favor, um dos melhores instrumentos de cultura administrativa já utilizados em terra americana.

E não satisfeito ainda com a importante obra renovadora realizada no campo da administração federal, já começastes a levar diretamente um influxo poderoso às administrações regionais, conduzindo-as pelas largas avenidas abertas e já perlustradas pelo serviço público da União.

Ai está, meus senhores, o segundo motivo desta homenagem — prestar um preito de justa admiração a uma grande obra realizada com denodo exemplar, com verdadeiro espírito de sacrifício, em benefício de aspectos fundamentais da vida nacional.

Mas se o reconhecimento é o primeiro dos nossos motivos e o desejo de fazer justiça a um benemerito lutador pela grandeza do Brasil é o segundo, temos um terceiro na estima que nos merece o nosso homenageado.

Sim, dr. Luiz Simões Lopes, em alto grau tendes feito jus ao nosso aprêço afetuoso. Se para isto não bastasse o entusiasmo com que pusestes vossa influência e vossa ajuda prestigiosa ao serviço da nossa causa; se já para aquela estima não tivéssemos motivos de sobra na confiança que sempre vos mereceu a nossa atuação — também ela renovadora, também ela patriótica, também ela necessária aos novos destinos do Brasil, — encontrariamos nós ainda um motivo especial, que não podemos silenciar. Esse motivo é o da vossa solidariedade a certas campanhas que têm surgido dos nossos meios profissionais, dentre os que labutam pelo ideal de um Brasil verdadeiramente senhor de si mesmo, a começar pelo conhecimento do que ele é, do que vale e do que pode. As nossas observações, às vezes, — e, repetidamente, os nossos números, — têm inspirado todo um conjunto de diretrizes para a renovação brasileira. O nosso Instituto, ou alguém do Instituto, tem de vez em quando tomado a palavra para pro-

pugnar alguns dos itens do que já poderemos chamar o nosso ideário da reorganização nacional.

Pois bem. Em quasi todas as ocasiões em que se ergueu alguma das nossas vozes para pregar ideais de cultura e formular as nossas sugestões quanto ao reajustamento dos quadros nacionais, às garantias da segurança do país pela ocupação efetiva do território nacional e pelo enfeixamento orgânico das energias criadoras da Nação, — em quasi todas essas oportunidades, de que sempre fostes informado, houve da vossa parte uma atitude de simpatia, de compreensão e de encorajamento.

E' nos grato recordar alguns destes pontos.

Não é coisa muito sabida que a fase prática, — ou administrativa, digamos assim, — da campanha em prol da simplificação e racionalização da ortografia do idioma nacional, partiu de um dos diretores de repartição de estatística, o qual agiu sob a sugestão das suas observações relativamente à lamentável incerteza e erronia que reinavam quanto ao uso escrito do idioma, tanto na administração pública, quanto no ensino. E não só a propaganda como a agitada movimentação das medidas que o assunto exigiu, tiveram em vós um dos mais esforçados paladinos. Foi mesmo uma representação vossa que deu lugar aos atos do Governo que reconheceram afinal não haver sido proibido pela Constituição de 1934 o uso da ortografia das Academias, tendo permanecido assim inteiramente válidas as disposições tanto do Decreto de 1931 como do de 1933. E estando agora o Instituto empenhado em obter permissão para praticar integralmente o sistema acadêmico, sem embargo das regras de acentuação e das limitações constantes do Decreto n. 292 de 1938, o qual, por evidente equívoco, sacrificou a integridade do sistema que ele próprio em seu artigo primeiro declarava irrestritamente obrigatório no país, — certo não nos faltará também neste passo o vosso prestigioso apóio, pois já agora o assunto tanto interessa ao I.B.G.E. como ao D.A.S.P. Assim esperamos porque, afinal, o que desejamos é que prevaleça a unidade ortográfica do idioma nacional na forma hábil em que a fixaram os decretos de 1931 e 1933, isto é, respeitando as tradições e as tendências da língua e atendendo às diferenças de prosódia entre os povos que falam o idioma, mas sem quebrar a unificação das normas assentadas, nem, muito menos, admitir dois sistemas de acentuação. Mesmo porque, se dupla maneira de acentuar prevalecesse, conforme pode aparecer haver decortido do decreto de 1938, nem se teria a unidade gráfica da língua, nem tão pouco estaria prevalecendo a obrigatoriedade da ortografia inter-acadêmica que o mesmo decreto firmou, nem mesmo estaria sendo obedecido o decreto de 1933, onde se atribuiu às Academias acordantes — como, aliás, é lógico e legítimo — a fixação das normas complementares que a prática do sistema exigir. E sem que se incorporem, também ao sistema — cumple lembrar — as novas quatro regras recentemente assentadas entre as duas Academias, não estaria sendo cumprido o disposto no artigo 4º do decreto n. 23.028, de 2 de agosto de 1933. O que tudo nos faz esperar que os esforços empregados pelo Instituto e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em prol da verdadeira e definitiva unificação da ortografia nacional, sob os auspícios e a supervisão autorizada da Academia Brasileira de Letras, terão a secundá-los a solidariedade do Departamento Administrativo do Serviço

Público, trazendo-lhes, assim, o penhor de uma rápida vitória, — aliás uma das belas vitórias da cultura nacional.

Também tem o Instituto procurado, por várias das suas vozes, demonstrar que a sua própria experiência já poderia ser vantajosamente aproveitada em favor de setores outros da administração, que são de fundamental importância para o País, mas ainda se acham insuficientemente explorados. Essa sugestão resulta, como coisa óbvia, do fato mesmo de serem as atividades administrativas dos aludidos setores — isto é, o do fomento agrícola, o da expansão rodoviária, o da educação primária e profissional e o da assistência médico-sanitária — exercidas necessariamente e simultaneamente pelas três ordens autônomas de governo, o que exige corelativamente uma articulação orgânica entre elas, afim de que se não tornem dispersivas, nem contraditórias, ou inoperantes.

Pois também essas nossas sugestões mereceram a vossa solidariedade, cumprindo mesmo lembrar, aliás, que a medida, no que concerne à educação, chegou a ser objeto, graças à vossa intervenção, da lei n. 24.787, de 14 de julho de 1934, a qual, se houvera podido ser executada, talvez já tivesse trazido mais um depoimento valioso sobre as virtudes do princípio de cooperação inter-administrativa.

Poderia levar muito longe a enumeração. Mas vamos resumi-la aludindo apenas às simpatias que tendes demonstrado por mais alguns pontos do nosso ideário cívico. Bastará que recordemos os mais importantes e a cujo respeito os nossos números já tenham dado testemunho favorável.

Um deles é o reajustamento do quadro das circunscrições políticas, segundo fórmulas que, respeitando fundamentalmente o *statu quo* territorial das atuais unidades federadas e atendendo a todas as legítimas solicitações da tradição e do espírito regionalista bem entendido, consiga, sem atritos nem choques, fixar um novo quadro político em o qual se verifique o equilíbrio entre os âmbitos geográficos dos Estados, segundo o padrão de São Paulo e Rio Grande do Sul. Esse equilíbrio seria o fundamento da equipotência futura — tão desejável — e que ocorreria, por certo, desde que correlativamente se interiorizasse a Capital da República e se estimulasse o povoamento, a colonização e a abertura das vias de comunicações, a despertar os recursos virtuais, tanto da terra, como da gente brasileira.

Outro ponto, — que constitue, quiçá, um complemento do primeiro — é o da revitalização do quadro municipal, pela distribuição dos municípios em consórcios, formando um novo quadro territorial — o dos departamentos, de forma que a órbita do governo local se representasse pelo binômio departamento-município, incumbido, aquele, da administração relativa às obras novas, e o segundo, da administração dos serviços e melhoramentos a serem apenas conservados. Medida esta, sem dúvida, capaz de provocar o surto daquela rede que deve cobrir todo o território nacional em malhas uniformes, constituída de poderosos centros urbanísticos, mantidos como sedes dos governos departamentais e dos órgãos regionais necessários à administração tanto estadual como federal. Centros que, assim artificialmente instituídos e mantidos, são por certo o único recurso seguro para a obra colonizadora extensa e profunda de que carece urgentemente o Brasil.

Também vos mereceram, finalmente, simpatia e aplauso as idéias que temos agitado no sentido de se criarem

os instrumentos adequados para aquela atividade colonizadora. Esses instrumentos seriam, de um lado, as colônias-escolas, isto é, estabelecimentos em que as famílias brasileiras não adaptadas, ou mal adaptadas, à vida agrícola, fossem internadas por um ou dois anos, afim de ali aprenderem a trabalhar e — poderíamos dizer — a *viver e conviver*, conquistando o direito a uma existência feliz, e tornando-se elementos válidos e prestantes da comunidade nacional. E a completar, de outro lado, a ação das Colônias-Escolas — e elle próprio uma escola e uma "arma de colonização" — o Exército do Trabalho — a Legião Colonizadora, em cujo seio, como parte integrante da organização militar de defesa nacional, se transformassem as multidões parasitárias que enxameiam as cidades e até os campos, em falanges disciplinadas de trabalhadores da reconstrução nacional, os quais assim estariam também aprendendo a exercer utilmente suas atividades, e a *viver*, tomando a si, primeiro, as obras públicas que a verdadeira colonização e a verdadeira urbanização no Brasil exigem, e tornando-se êles próprios, depois, os excelentes colonos que então estariam em condições de ser, aptos a *enriquecer* a economia nacional e a *ocupar* o Brasil despovoado, — uma vez fixados em torno às novas cidades que fossem sendo abertas, — mas constituindo, ao mesmo tempo, reservas úteis das forças armadas.

Revelando aqui, de público, estas vossas simpatias, bem como o apôlo e o aplauso que vos têm merecido as idéias de reconstrução do Brasil que as investigações da geografia e da estatística nos têm sugerido como as mais consentâneas com as realidades nacionais, o mesmo é que comprovar as afinidades de pensamento e de sentimento de que surgiu a afetuosa estima de que sois credor em face de quantos trabalham nesta Casa.

Bem claro está que não é u'a manifestação banal de agrado a uma alta autoridade, esta que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística julgou devida a um grande Amigo, ao festejar o quinto aniversário da instituição. E', sim, a justa proclamação de um verdadeiro mérito, e o não menos justo reconhecimento de uma dívida de estima e gratidão que se não pode resgatar.

Ao fazê-lo, senhor doutor Luiz Simões Lopes, pedimos licença para vos oferecer essa estante, como lembrança permanente da instituição que nos ajudastes a criar e desenvolver, infundindo-lhe o vigor de que carece para realizar sua grandiosa missão. O que se contem nesse móvel — publicações de estatística e de geografia, mapas do Brasil e a legislação e questionários do Recenseamento Geral da República, — êsses livros, essas cartas e essas fórmulas vos testemunharão que os vossos esforços não foram vãos, que a vossa confiança não foi iludida, que as vossas esperanças não se frustraram. E demonstrarão que o "I. B. G. E." — o vosso Instituto — está cumprindo galhardamente o seu belo destino.

Que estas nossas palavras, tanto quanto esta lembrança, sejam penhor irressagável da gratidão, da admiração e da afeição que constituem o tríplice motivo desta singela mas calorosa homenagem.

A isto juntamos, senhor doutor Luiz Simões Lopes, os nossos votos por que a jovem e nobre figura do Presidente do D.A.S.P. continue vitoriosamente a sua carreira pú-

blica, levando aos conselhos do Governo o concurso inestimável da sua inteligência e prestando à reconstrução do Brasil a ajuda poderosa das suas energias, do seu devotamento, do seu entusiasmo, do seu patriotismo vigilante e intrépido.

Tenho dito.

Respondendo ao discurso do Embaixador Macedo Soares, o Sr. Luiz Simões Lopes proferiu a seguinte oração :

Exmo. Srt. Presidente do Instituto.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores :

Andava eu em viagem de estudos e recreio nos sertões do Oeste brasileiro, quando recebi o convite do nosso Instituto, para estar presente nesta solenidade, que marca o primeiro lustro de sua existência.

Não imaginava, porém, que a bondade dos altos espíritos que orientam o sistema estatístico brasileiro me reservasse tão elevada distinção. Jamais pensei que o entusiasmo que sempre nutri pela concepção tornada realidade graças ao descortino do Chefe da Nação, me valesse, um dia, esta hora.

Habituado, porém, ao constante e permanente exame introspectivo de mim próprio, crítico implacável dos trabalhos realizados, nos setores que a Revolução Nacional me confiou, eu declaro neste momento, sem falsa modéstia, que é excessiva a honraria.

E' bem verdade que acompanhei a vida desta instituição, desde os seus primeiros passos, que sofri com suas dificuldades, que exultei com suas vitórias; mas essa seria, certamente, a atitude de qualquer bom brasileiro que, por circunstâncias especiais, tivesse a oportunidade, que tive, de conhecer os propósitos que animavam os idealizadores e, posteriormente, realizadores desta obra admirável, que é um atestado incontestável de capacidade da nossa geração, para organizar o Brasil.

Entretanto, não podia eu fugir à deliberação que tomastes e aqui estou para dizer o quanto esta homenagem toca ao meu coração.

Dentro do espírito objetivo que anima a todos nós — que estamos a serviço de um governo de ação — o tema que eu versaria hoje, de preferência, seria a estatística aplicada ao plano de reorganização da administração pública brasileira. Mostraria o quanto eram falhos os dados estatísticos e a necessidade de elementos seguros para a solução adequada de vários problemas que nos preocupam, no Departamento Administrativo do Serviço Público. Concluiria, enfim, que apenas êsses aspectos, por si só, justificariam todos os esforços despendidos, para dotar o país de estatísticas exatas e atualizadas. Sem dados estatísticos não se pode governar e, muito menos, levar a bom termo um plano tão vasto de reconstrução nacional, como êste que o Senhor Getúlio Vargas está atacando vigorosamente.

Infelizmente, porém, só ontem regressei de minha longa viagem e não houve tempo de reunir os elementos para a exposição que eu gostaria de fazer perante tão ilustra assembléia.

Por isso, reduzirei minhas palavras ao agradecimento sincero e comovido que vos deixo por tão grande honra, que me servirá de estímulo para os meus trabalhos, de conforto moral, indispensável àqueles que, como eu, se vivem raros momentos de intensa afetividade como este, também sofrem as mais duras deceções, fruto da incompreensão, quando não dos sentimentos menos nobres que se abrigam em algumas almas.

Meus Senhores :

Não pretendo recordar a vida do Instituto, exaltar suas maravilhosas realizações, nem fazer o elogio da pléia da, hoje numerosa, de estatísticos, chefes de serviço e homens de governo, que, como parcelas do sistema estatístico nacional, propiciaram o absoluto êxito alcançado. Seria inútil fazê-lo perante vós, conhecedores perfeitos que sois dos fatos. Não seria posível, porém, deixar transcorrer o quinto aniversário da existência do Instituto, sem pronunciar os nomes de José Carlos de Macedo Soares e Teixeira de Freitas.

No momento em que periclitava a própria existência do Instituto, apenas criado, no momento em que dificuldades de várias origens se opunham à concretização da idéia, todos nós, que vinhamos sonhando com a sistematização da estatística brasileira, nos voltámos, cheios de esperança, e de ansiedade, para a figura do brasileiro ilustre por todos os títulos, que ocupava, com grande brilho, a pasta que Rio Branco tanto dignificara.

Fomos a ele e não voltámos decepcionados, como acontece tantas vezes com os sonhadores. Ao contrário, sacrificando os momentos de justo repouso, que lhe sobravam da gestão movimentada e afanosa de sua pasta, em ocasião de vida diplomática particularmente intensa, acalmou a nossa ansiedade, aceitou a difícil tarefa, deu a ela especial carinho e a sua vasta experiência, e encaminhou o Instituto para as esplêndidas realizações que tão bem conhecemos.

Nada exigiu. Recusou os proventos materiais, trabalhou, nos primeiros tempos, em condições precárias, reafirmando, cada dia, seus intutos patrióticos e suas altas qualidades de coordenador, graças às quais todas as divergências se fundiram nessa magnífica unidade de vistas que caracteriza esta instituição *sui-generis*, associação consciente das três ordens administrativas para um trabalho comum pelo nosso Brasil.

Prezado amigo Embaixador Macedo Soares :

Aos meus agradecimentos, pelas suas bondosas palavras, quero juntar a minha homenagem, de grande amigo desta casa, à sua ilustre pessoa, cujo nome está indelevelmente ligado à história da estatística brasileira.

Para falar de Teixeira de Freitas, bastará dizer que ele cultiva, ardente, em seu coração todos os grandes ideais que nos ligam à época em que vivemos. Messianico e objetivo a um só tempo; com alto poder de sintetizar, de encaixar em nitido contorno todos os grandes problemas da nacionalidade — pondo em equação as idéias dispersas que por ai andam — e, ao mesmo tempo, de descer às suas minúcias, de dissecá-los, de analisá-los exaustivamente, como notável detalhista que é; homem de governo, de direção, e também extraordinário executor, Teixeira de

Freitas sintetiza, aos meus olhos, a figura do funcionário perfeito, do cidadão exemplar.

A grandeza do seu coração puríssimo, ingênuo, quasi infantil, só encontra simile na sua vasta cultura, no seu senso de equilíbrio, postos, dia e noite, a serviço de um patriotismo ardente e construtor.

Prezado Dr. Teixeira de Freitas :

Um dia, as dificuldades me pareciam insuperáveis, as minhas possibilidades diminutas para realizar a minha grande tarefa, o peso das responsabilidades superior às minhas forças; veio-me à mente a sua figura, proba, modesta, que não se deixa dominar pelo desânimo; e eu me mirei nesse espelho, que eu desejaría fosse o espelho de todos os servidores do Estado Brasileiro, e esqueci as dificuldades. E, então, meus senhores, pensei que o Serviço Civil Brasileiro deveria instituir uma ordem especial para condecorar, em primeiro lugar, Teixeira de Freitas, seu funcionário número 1, e, depois, todos os seus grandes servidores.

Meus Senhores :

Não sou dos que malsinam a nossa época. Ao contrário, considero um privilégio da nossa geração assistir à marcha vertiginosa da conquista do Mundo pelo Homem, ao despontar da era do Brasil, que se anuncia próxima, no concerto das Nações.

Esta emoção que me domina é, certamente, idêntica à que agitou as gerações que viveram os grandes dias da história pátria. Independência, República, Revolução Nacional de 1930. É o mesmo sentimento que fez meu pai tomar armas para ajudar a fazer e consolidar a República, e, como ele, que teve a ventura de participar do advento das duas últimas fases, vejo luz e progresso onde os pessimistas vêem sombra e retrocesso, esquecidos de que o advento das eras é precedido de lutas e dificuldades.

Dentro das fronteiras nacionais, mais risonho e promissor ainda se me afigura o quadro que presenciamos, onde as realizações se sucedem, em curto espaço, como um caleidoscópio mágico.

O Estado encontrou sua forma definitiva.

Deixou de ser prisioneiro de regiões, de facções, de homens; e, porque é forte, é nacional, é de todas as profissões, de todas as pessoas, e de cada um, a um só tempo.

Deixou de ser omisso. A sua ação se faz sentir em toda parte e em tudo; em prol das causas úteis e contra as nocivas; assiste, galardoa ou puna, sob a orientação de um só fator; o interesse geral.

Vivemos hoje em um clima ótimo para o trabalho e não há atestado mais eloquente do que o êxito integral do Instituto.

Graças a esse clima, temos podido fazer muita causa pelo nosso país.

Uma das características mais fortes, no meu modo de ver, do regime instituído pela Revolução de 1930, é o desaparecimento daquela fauna que parecia inextinguível no Brasil: os homens de prestígio.

Uns, vazios e arrogantes, eram os donos dos votos e para eles tudo era permitido; os outros, mais ou menos dominados pelos primeiros, conforme o seu feitio pessoal mais ou menos independente, tinham, muitas vezes, sua